

INTERGRUPOS

BOLETIM INFORMATIVO DA FUNDAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
"MARGARIDA MARIA ALVES"/ENTIDADES PARCEIRAS/GRUPOS

ANO 2 - Nº 04, ago., set. e out. de 2003

EDITORIAL

IMPUNIDADE NA TRAVESSIA DOS TEMPOS

Trabalhadora do campo, Presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande-PB, mulher de fibra, Margarida Maria Alves foi assassinada porque defendia os direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais com reivindicações pela carteira assinada, 13º salário e férias. Enfrentou os donos de engenhos, os latifundiários, e teve como resposta um tiro que lhe atingiu mortalmente.

Levado a júri sob a denúncia do Ministério Público, o acusado de ser o mandante do homicídio, o usineiro Zito Buarque, recebeu a absolvição e continua solto. Todavia o Ministério Público, tendo as provas dos autos que confirmam as acusações, apelou a um novo júri. Mas a 5ª Turma do Supremo Tribunal de Justiça - STJ não acolheu as apelações e manteve decisão anterior que absolveu Zito Buarque.

Na Paraíba, já se tornou corriqueiro o desrespeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores rurais. O tratamento desumano e cruel dispensado por parte dos órgãos de Segurança e a falta de sensibilidade social do Poder Judiciário são exemplos

dessa violação que, de forma invariável, tem beneficiado os setores mais poderosos da sociedade.

O caso mais recente, foi o denunciado pela CPT - Comissão Pastoral da Terra. Trata-se da prisão arbitrária de oito sem-terra na região de Itabaiana, além da suspeita de tortura a que foram submetidos. Cobra-se, ainda, que se esclareça o desaparecimento do

sem-terra Almir Muniz da Silva.

Magistrados próximos dos reais problemas dos cidadãos paraibanos e de demais estados brasileiros seria possível com uma Reforma do Judiciário. Reforma capaz de mudar a mentalidade conservadora e preconceituosa desse Poder, passando esse a atuar como autêntico operador de um Direito mais humanizado e implementador da justiça social.

ALCÂNTARA VENCE SUA PRIMEIRA BATALHA

Tendo em vista a inquietação não só das comunidades indígenas e quilombolas da cidade de Alcântara, no Maranhão, como também de todo o povo latino-americano, o governo brasileiro tomou uma importante decisão. Atitude que representa uma vitória no combate à presença econômica, militar e territorial estadunidense na América Latina.

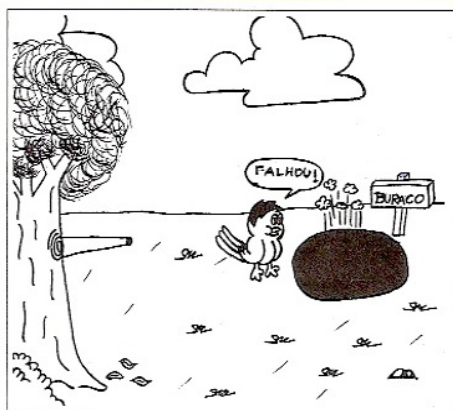
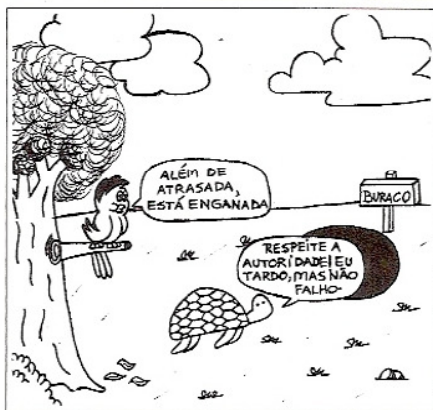
O Governo Lula, após suspender uma votação na Câmara dos Deputados, arquivou o acordo feito com os norte-americanos que daria a estes o livre uso para fins militares do Centro de Lançamento Espacial de Alcântara.

Mesmo não autorizado o controle aos Estados Unidos da base aero-espacial, as quase 503 famílias (30 comunidades) que já

tinham sido deslocadas de suas casas, em virtude do acordo, não retornaram à cidade e passam fome.

A fim de discutir, entre outros assuntos, a luta contra o imperialismo, além de traçar a situação dos Direitos Humanos no atual contexto histórico, foi realizado no México, nos dias de 6 a 9 de maio, o 1º Encontro Hemisférico contra a Militarização.

Esses mesmos Direitos Humanos foram violados quando não houve a garantia da alimentação das famílias deslocadas, assim como, da segurança de que precisam para retornarem a suas casas e seus trabalhos. Observa-se, então, a necessidade de atitudes contínuas por parte do atual governo brasileiro com o objetivo de solucionar tais problemas.



NOTÍCIAS DOS GRUPOS

João Pessoa

ARTICULAÇÃO PROMOVE SEMINÁRIO



Debate situa os Movimentos Sociais na história

A Articulação Estadual Políticas Públicas promoveu, entre os dias 18 e 20 de julho, em João Pessoa, o Seminário Estadual *Sociedade Organizada e Estado diante do novo contexto político: O que muda?*.

O encontro apresentou como objetivos centrais a fomentação de discussões acerca da atual conjuntura política da Paraíba e do Brasil e a orientação aos movimentos sociais como atuantes. Realizaram-se, assim, durante sua programação, debates, painéis e oficinas, tendo como temas Segurança Alimentar, Reforma Urbana, Políticas Afirmativas, Assistência Social e Juventude.

Em sua noite de abertura, o evento contou com a presença de figuras atuantes no cenário das mobilizações sociais, como a



Ofic... te sobre Políticas Afirmativas

professora da Universidade Federal da Paraíba e militante do Partido dos Trabalhadores, Aparecida Ramos.

Sobre a temática *Análise de Conjuntura*, Aparecida Ramos definiu o Governo Lula como “um governo democrático que pode abrir um espaço de participação, formulação e gestão das políticas públicas pelos movimentos sociais”.

Após dois dias de discussões, abriu-se, no término do seminário, a plenária para a instituição de propostas de ação. Estas tiveram suas diretrizes fundamentadas na preocupação com o engajamento dos poderes públicos nas lutas dos movimentos sociais. Observou-se a necessidade de mobilizar a sociedade para exigir do Estado que retome sua responsabilidade na promoção da justiça social.

20 ANOS DE IMPUNIDADE

Lideranças sindicais, representantes da CUT e do MST, além de, trabalhadores rurais e entidades como a FDDHMMA, reuniram-se no dia 12 de agosto para recordar os 20 anos de morte da sindicalista e camponesa da cidade de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves.

Em sessão extraordinária na Assembléia Legislativa (AL), solicitada pelo deputado estadual Zenóbio Toscano e presidida pelo representante do Partido dos Trabalhadores na AL, Frei Anastácio, figuras do cenário político da Paraíba mostraram sua indignação

frente à impunidade dos verdadeiros assassinos dessa que é considerada um mártir da reforma agrária.

“Ela enfrentou os donos de engenho, colocando mais de 100 causas trabalhistas na justiça”, lembrou Zenóbio Toscano sobre as lutas encampadas por Margarida em defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra.

Com o fim da sessão, cerca de 200 pessoas saíram da Praça dos Três Poderes em uma caminhada de protesto, *Marcha das Margaridas*, pelas ruas de João Pessoa em direção ao Mosteiro de São Bento, onde houve a celebração religiosa.

FDDHMMA SELECIONA ESTAGIÁRIO

Estudantes de Direito da Universidade Federal da Paraíba se inscreveram até o dia 30 de junho para a Seleção de Estagiário da Fundação Margarida Maria Alves, concorrendo a uma vaga disponibilizada pela entidade.

Os inscritos foram submetidos a um processo de avaliação dividido em duas etapas, a prova escrita e a entrevista. Ocorreram, respectivamente, nos dias 04 e 09 de julho na sede da organização.

Selecionou-se a candidata Marcela de Abreu Guerra Dominoni, passando, como estagiária, a trabalhar junto ao Curso de Juristas Populares e a representar a Fundação, por exemplo, em reuniões e encontros de interesse desta.

ENCONTRO REUNE PÚBLICO FEMININO

No dia 25 de julho, data em que se comemorou o 11º ano do Dia da Mulher Afro Latino-americana e Caribenha, o Bamidelê e a Rede de Mulheres promoveram, em João Pessoa, na Igreja São Francisco, o chamado *Encontro entre Mulheres: pluralizando a luta*.

A partir da realização de palestras e oficinas, o evento procurou discutir temas como “Movimento Feminista e Movimento de Mulheres Negras”, “Saúde das Mulheres Negras no contexto brasileiro”, assim como, “Direito Previdenciário”, mostrando as marcas da exclusão e das desigualdades.

NOTÍCIAS DOS GRUPOS

João Pessoa

FLOR MULHER HOMENAGEIA SANT'ANA

Ocorreu, no dia 26 de julho, na sede do Flor Mulher, em Tibiri, uma festa em homenagem à Sant'Ana, contando com a participação de integrantes do Grupo, familiares e pessoas da comunidade.

O evento recordou o verdadeiro folclore do Estado da Paraíba, como sua dança, suas comidas e bebidas típicas, com o intuito de resgatar a presença da figura da mulher nas festas juninas. Houve, ainda, a realização de um diversificado bazar que terá toda sua renda revertida para as atividades do Grupo Flor Mulher.

CURSISTAS CRIAM REDE DE JURISTAS POPULARES

O Curso de Juristas Populares, obra da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, reúne, anualmente, membros de diversas comunidades de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Procura-se, desde 2000, capacitar com oficinas e módulos lideranças sobre os conhecimentos jurídicos.

Com a finalidade de aproximar cursistas já formados, para esses darem seus depoimentos sobre o Curso e a aplicabilidade do aprendizado na comunidade, a FMMA organiza os chamados Encontros de Juristas Populares.

Foi no decorrer da realização dos três Encontros que decidiu-se criar a Rede de Juristas Populares com objetivos, dentre os quais, de mantê-los articulados e atualizados nas diretrizes do Direito, além de levarem orientação dos Direitos na área em que atuam, nos movimentos e instituições.

CASA E TRABALHO PARA MORADORES DA COMUNIDADE DO ENGENHO SÃO PAULO



Antiga habitação

A fim de discutir a 3ª etapa da linha de crédito - Pronafe B, no valor de R\$1.000, para investir em ferramentas de trabalho, técnicos do Banco do Nordeste visitaram a comunidade Engenho São Paulo no dia 28 de maio.

No mês de agosto, a vitória alcançada pela comunidade foi a entrega de 22 moradias habitacionais, 15 pela parceria da Associação de Moradores local



Casa doada aos moradores da comunidade

com o Projeto Cooperar do Estado da Paraíba e, 7, pela Prefeitura de Cruz do Espírito Santo, município onde se localiza o Engenho.

Mas é necessário, como deixou claro o Presidente da Associação, Constatino, que mesmo com tais benefícios, a luta pela melhoria habitacional não deixe de existir, pois as casas doadas atenderam apenas a oitava parte dos moradores.

PARAÍBA SE PREPARA PARA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

Entre os dias 7 e 8 de agosto, João Pessoa foi sede de discussões a respeito de um importante marco para os cidadãos brasileiros em suas lutas urbanas. Promoveu-se o *Seminário Preparatório para as Conferências das Cidades* sob a organização do Fórum Estadual de Reforma Urbana, em parceria com outras entidades, a exemplo da FMMA, pertencentes à Comissão Preparatória das etapas municipal e estadual da Conferência.

Em um ato público no Parque Sólon de Lucena, iniciou-se o evento com a presença de artistas da terra, com as atuações do Grupo teatral Circo de Arte e do ator Williams Munis, representando a peça *Andrômaca*. Esse ato teve a proposta de “mostrar à sociedade

a importância do Plano Diretor, do Estatuto da Cidade e a devida aplicação de suas leis”, como afirmou Rita de Cássia Cavalcante, representante do Fórum Estadual.

Considerando os objetivos do seminário, mobilizar e preparar os diversos setores da sociedade organizada, além de estabelecer propostas para a Conferência Municipal, houve em seu programa exposições de experiências, debates e grupos temáticos.

Em explanação sobre o atual perfil urbano brasileiro e o que é a 1ª Conferência Nacional das Cidades, Arlete Rodrigues, representante do Ministério das Cidades, afirmou ser este um momento essencial para “dar voz, voto e poder à sociedade civil”, garantindo a determinação do Estatuto aprovado em 2001, a igualdade para todos.

ACOMPANHADOS

AMFV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FORTE VELHO



Banda Pagosyte

A Associação de Moradores de Forte Velho se encontra agora sob nova diretora. Eleita no segundo pleito eleitoral na história da entidade desde sua fundação em 21 de julho de 2001, a chapa vencedora contou com os votos de 45 dos 113 sócios.

No dia da eleição, 28 de junho, a nova executiva assumiu o compromisso de dar continuidade aos trabalhos realizados pela gestão anterior. Cita-se, como exemplo, os programas culturais com incentivos ao artesanato, à música (Banda Pagosyte) e à dança (coco-de-roda), e os sociais, com a luta pela legalização da posse da terra.

Tendo em vista a ausência da participação de grande parte dos sócios e de mulheres no processo eleitoral, observa-se a necessidade de resgatar esses membros para, assim, atuarem em prol da comunidade.

AGENDA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES	22\08
CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES	12\09 13 ^e \09
1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES	23\10 A 26\10
OFICINA DE CAPACITAÇÃO DE ORÇAMENTO	14\10 15 ^e \10

CARTA DE ADESÃO AO FÓRUM PERMANENTE DE DEBATE SOBRE ACESSO A DIREITOS E JUSTIÇA

Essa proposta nasceu em 2002, durante o Planejamento Estratégico da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, Organização Não Governamental (ONG), sucedânea do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, fundado na década de 70.

Trata-se de um convite à União e um processo de diálogo entre todos aqueles que compartilham as mesmas preocupações diante das dificuldades enfrentadas pelos setores populares na luta pelo acesso à justiça. É preciso romper com o abismo entre a justiça prestada a ricos e pobres, homens e mulheres.

O essencial é mobilizar pessoas/entidades de amplos setores da atividade para discutir e elaborar propostas que permitam a todos os cidadãos e cidadãs uma justiça de qualidade e rápida.

A idéia é que este Fórum trate, principalmente, das relações entre o Poder Judiciário e a sociedade, respeitando a diversidade e a singularidade de cada pessoa/entidade envolvida.

Debates serão organizados com objetivos de serem discutidos valores e princípios comuns vivenciados cotidianamente pelos participantes e os problemas

identificados nos diferentes contextos de atividades (sócio-profissionais), pertinentes ao acesso à justiça.

Espera-se que esse Fórum apresente responsabilidades, tanto ao nível individual quanto ao nível coletivo, que sirvam como quadro de referência para a vida cultural, política, institucional e jurídica, com base na ética e no respeito aos Direitos Humanos.

A despeito das imensas responsabilidades de todos nós, estamos convidados a elaborar propostas democráticas que correspondam às necessidades sociais e ao interesse público.

É com esse espírito que convidamos Entidades, ONG'S, Sindicatos, Operadores do Direito, Redes, Pastorais, Associações e estudantes de Direito para compartilharmos nossos saberes e experiências em prol da solidariedade, da justiça e da democracia.

O Fórum é uma contribuição para a construção de uma nova idéia de justiça, mais democrática, mais eficiente e mais cidadã, que supere as visões corporativas. É um espaço de debate aberto a profissionais, estudiosos das Ciências Sociais e Jurídicas.

EXPEDIENTE

INTERGRUPOS é uma publicação da Fundação Margarida Maria Alves com as parceiras(os) Comunidade Operária do Bairro das Indústrias, Grupo Flor Mulher, Fórum De Reforma Urbana, Articulação Estadual De Políticas Públicas, Movimento Cidadania Segurança, Associação de Forte Velho, Associação Viva o Alto, Sociedade Cultural Posse Nova República, Associação Engenho São Paulo, Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba. End. Rua 13 de maio, nº 40, Centro CEP: 58013-070 João Pessoa- PB. Tele-fax: 221 3014 / e-mail: fddhmma@uol.com.br **Responsáveis:** Cândida Moreira Magalhães, Karla Maria Rebêlo Monteiro, participantes do Curso de Formação de Juristas Populares, representantes dos grupos e Entidades parceiras.